

# AS PARTES E O TODO: NOTAS SOBRE O MATERIALISMO HISTÓRICO E A AÇÃO DOS SUJEITOS NA HISTÓRIA ENTRE O REGIONAL E O NACIONAL

Tiago Bernardon de Oliveira\*

## RESUMO

A compreensão das ações dos sujeitos na dinâmica histórica tornou-se uma das principais questões da historiografia brasileira desde, pelo menos, a década de 1980. No campo da tradição crítica do materialismo histórico e da História Social de forma mais ampla, as questões abordadas pelo britânico E. P. Thompson produziram grande impacto, estimulando estudos que se notabilizam pelos enfoques nas resistências cotidianas das classes subalternizadas. Em contrapartida, nos embates contra os estruturalismos economicistas pela valorização das formas ativas da ação humana no processo histórico, algumas questões caras à tradição marxista relacionadas aos elementos determinantes perderam força, resultando em enfoques que zelam pelas singularidades em detrimento a esforços de compreensão de processos mais amplos. O presente artigo procura retomar alguns aspectos destas questões, enfatizando a importância central que o materialismo histórico confere à relação dialética entre as partes e a totalidade histórica, com especial ênfase sobre as relações de classe presentes nas dinâmicas em âmbitos regional e nacional.

**Palavras-chave:** Materialismo histórico; História Social; Sujeitos Históricos; História Regional e Nacional.

## ABSTRACT

Understanding the actions of subjects in historical dynamics has become one of the main issues in Brazilian historiography since, at least, the 1980s. In the field of the critical tradition of historical materialism, and Social History more broadly, the issues addressed by British E. P. Thompson produced a great impact, stimulating studies that are notable for their focus on the daily resistance of the subaltern classes. On the other hand, in the clashes against economic structuralisms for the valorization of the active forms of human action in the historical

---

\* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Coordenador do GEPETHO - Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Trabalho – UFPB. E-mail: [tiago.bernardon@academico.ufpb.br](mailto:tiago.bernardon@academico.ufpb.br)

process, some issues dear to the Marxist tradition related to determining elements have lost strength, resulting in approaches that care for singularities to the detriment of efforts to understand broader processes. This article seeks to resume some aspects of the issues, emphasizing the central importance that historical materialism gives to the dialectical relationship between the pieces and the historical totality, with special emphasis on the class relations present in the dynamics at regional and national levels.

**Keywords:** Historical materialism; Social History; Historical Subjects; Regional and National History.

## **A História como totalidade entre estruturas e subjetividades**

O materialismo histórico trata de compreender a realidade através da análise dialética entre processo e fenômenos que manifestam-se nas formas como as diferentes sociedades – ou, mais precisamente, as partes relacionais que compõem uma sociedade – compreendem seus condicionantes históricos – econômicos, culturais, jurídicos, repressivos, religiosos – e como procuram oferecer parâmetros de lógica naturalizada de regulação da reprodução da vida social – pela força e por elementos simbólicos. No cerne desta dialética, composta por contradições e antagonismos, encontram-se um tipo de específico relação de conflito, a luta de classes. Contudo, é importante frisar:

A luta de classes não se explica num nível inconsciente e involuntário, derivado meramente de condições objetivas que os homens encontram ao nascer, mas não pode ser compreendida sem elas. Também não decorre unicamente de uma predisposição consciente ao conflito, através de uma consciência clara e precisa do processo histórico. Ela se trava nos dois níveis. Qualquer redução do processo conflitivo a apenas um dos dois níveis perde a característica central da dialética marxiana: a tensão que subsiste permanentemente entre indivíduo e sociedade, entre classes sociais, entre períodos históricos. (FONTES, 1998, p. 49)

Isso porque a ação humana no processo histórico é determinada, limitada por condicionantes históricos que não podem ser escolhidos, mas sobre os quais é possível traçar escolhas, mais ou menos conscientes, a orientar a própria ação com vistas às transformações futuras: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente,

legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1997, p. 21). Logo, torna-se imperativo pensar na relação dialética entre as circunstâncias e a ação humana no fazer histórico.

É neste sentido que E. P. Thompson, em 1963, reivindicou seu conceito de classe no âmbito da tradição de crítica ativa do materialismo histórico. Se o conceito de classe foi rebaixado a um esquematismo automático estruturalista pelas disputas políticas e intelectuais no âmbito do marxismo, isso não significava rejeitar o materialismo histórico como método de pesquisa, senão recuperá-lo de seus sequestradores. Ao analisar o processo de formação da classe operária inglesa, o historiador enfatizou a necessidade de pensar na interação dialética entre as condições objetivas e subjetivas para a passagem do *ser social* à *consciência social*. Para o autor, a classe só passou a existir quando tomou consciência de que vivia em uma sociedade formada por classes: “uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma. De outro modo, não é, ou não é ainda, uma classe” (THOMPSON, 2001, p. 279). Sua existência, porém, é definida por constituir – e ter consciência de constituir – uma parte de uma relação, que, como tal, ocorre sempre no processo histórico.

Coerente com sua concepção estritamente histórica do fenômeno classes sociais, no famoso prefácio de *A formação da classe operária inglesa* Thompson fez a seguinte ponderação para explicar porque delimitou sua análise especificamente ao caso inglês e não ao britânico:

Finalmente, uma nota de desculpas aos leitores escoceses e galeses. Negligenciei essas histórias, não por chauvinismo, mas por respeito. Visto que a classe é uma formação tanto cultural como econômica, tive o cuidado de evitar generalizações para além da experiência inglesa. (Tratei dos irlandeses não da Irlanda, mas enquanto imigrantes na Inglaterra). O registro escocês, em particular, é tão dramático e atormentado como o nosso. A agitação jacobina escocesa foi mais intensa e mais heroica. Mas a história escocesa é significativamente diferente. O calvinismo não foi o mesmo que o metodismo, embora seja difícil dizer qual dos dois era o pior no início do século 19. Não tivemos na Inglaterra nenhum campesinato comparável aos migrantes das Terras Altas. E a cultura popular era muito diferente. É possível, pelo menos até os anos 1820, considerar como distintas as experiências inglesa e escocesas, visto que os laços sindicais e políticos eram inconstantes e imaturos. (THOMPSON, 1987, p. 14)

A advertência sobre o enfoque conferido ao caso circunscrito no tempo e no espaço é basilar. Ao reivindicar que o conceito de classes sociais só é possível de ser compreendido pela dinâmica histórica, o autor reafirma que ela é composta pela permanente dialética entre as condições objetivas e manifestações subjetivas, mediadas pelo que ele considerou ser o “termo ausente” nas análises marxistas com as quais polemizava, a “experiência humana”:

Os homens e as mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo [“experiência humana”] – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (...) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p. 182)

O empenho dedicado por Thompson não se reduziu a meras disputas de preciosismo intelectual encerradas em torres de marfim. Sua reflexão sobre o passado tinha objetivo de contribuir para as lutas sociais do presente: pensar na dinâmica histórica no processo de formação da classe operária inglesa é pensar, substancialmente, nos fatores que incidem no processo de constituição da consciência de classe e os projetos políticos autônomos de futuro promovidos pela classe trabalhadora como sujeito histórico. Rejeitar os esquemas reducionistas que supunham que a “classe é uma coisa”, significava rejeitar que sua existência possa “ser definida quase matematicamente – uma quantidade de homens que se encontra numa certa proporção com os meios de produção” e, portanto, em incorrer no equívoco de atribuir a esta classe um comportamento convergente com os padrões idealizados da consciência conforme os encaixes pré-moldados de quem, em lugar de analisar, julga existir o que é a *verdadeira* ou a *falsa* consciência de classe, algo “historicamente sem sentido” (THOMPSON, 2001, p. 280).

Apesar dos esforços do autor em repelir rótulos de “culturalista” por enfatizar a busca da compreensão da dinâmica da luta de classes nas expressões da chamada “superestrutura”, Thompson nunca abriu mão de uma compreensão materialista da realidade. Cultura, política, Direito e Justiça, para ele, têm lastro material nas relações sociais de produção, embora não se reduzam a meros reflexos automáticos da base, como as cartilhas stalinistas

costumavam reportar. Para ele, não há uma oposição entre superestrutura e base, tampouco negligência em relação ao plano econômico (Cf. WOOD, 2003, p. 51-72). Tanto é assim que a historicidade da classe, como fenômeno social e politicamente articulado em termos verbais e programáticos que emergiu pela própria classe, foi determinada, condicionada – mas não automaticamente produzida/refletida – por condições objetivas, o desenvolvimento do capitalismo industrial. Porém, e isso é muito importante, o fato de Thompson considerar que a classe definida por si mesma só emergiu a partir do desenvolvimento do capitalismo industrial, não implica em desconsiderar sua existência em formações sociais anteriores ao capitalismo. Para tanto, ele faz uma distinção fundamental: o primeiro caso seria como categoria “empiricamente observável”, enquanto o segundo seria “uma categoria heurística ou analítica, recurso para organizar uma evidência histórica cuja correspondência direta é muito mais escassa” (THOMPSON, 2001, p. 272). Se no primeiro caso, partidos políticos, sindicatos, associações, manifestações culturais da classe trabalhadora são expressões em si mesma da existência da classe que se reconhece e se afirma como tal, o fato delas não existirem nestes termos em sociedades pré-industriais não implica dizer que não o uso da expressão classe como categoria analítica não tem validade. Para tanto, é preciso levar em conta algumas ponderações:

(...) a especificidade histórica, anacrônica, deve ser levada em conta quando lançamos mão do conceito na análise de sociedades anteriores à Revolução Industrial. De fato, a correspondência da categoria como evidência histórica torna-se então muito menos direta. Se a classe não é admitida no sistema de conhecimento das próprias pessoas e se elas se nomeiam e levam adiante suas batalhas históricas em termos de “estados”, de “ordens” etc., então, ao descrevermos tais conflitos em termos de classe, devemos nos esquivar de toda tendência a interpretá-los segundo concepções de classe posteriores.

O fato de manter o uso da categoria heurística de classe, não obstante as dificuldades indicadas, não deriva da perfeição do conceito, mas da carência de categorias alternativas à análise do processo histórico evidente e universal. Por esse motivo não podemos, no idioma inglês, falar de “luta de estados” ou “luta de ordens” no momento em que o recurso à “luta de classes” foi, não sem dificuldades, notavelmente bem-sucedido quando operado por estudiosos da Idade Antiga, medieval ou protomoderna, ali onde tais historiadores, no seu manuseio particular, introduziram suas

advertências e qualificações específicas do conceito em seus próprios campos históricos. (THOMPSON, 2001, p. 273-274)

Neste sentido, essas ponderações são imediatamente seguidas de uma afirmação crucial para a compreensão de sua abordagem dinâmica do processo histórico:

Isso sublinha, portanto, o fato de a classe, no seu sentido heurístico, ser inseparável da noção de “luta de classes”. A meu juízo, foi dada excessiva atenção, frequentemente de maneira muito anti-histórica, à “classe”, e muito pouca, ao contrário, à “luta de classes”. Na verdade, na medida em que é mais universal, **luta de classes me parece ser o conceito prioritário**. Talvez diga isso porque a luta de classes é evidentemente um conceito histórico, pois implica um processo, e, portanto, seja o filósofo, o sociólogo ou o criador de teorias, todos têm dificuldades em utilizá-lo. Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. (THOMPSON, 2001, p. 274 – grifo meu)

Na concepção crítica do materialismo histórico de Marx e Engels e reivindicada por Thompson, as classes, como evidência histórica e como categoria heurística, são elas próprias forjadas pela luta de classes – mesmo quando não tinham consciência, ou melhor, não viviam em condições de tornassem possível emergir a consciência de que formavam uma classe em sociedades de classes. No caso da classe trabalhadora, ela desenvolveu neste processo, autonomamente, projetos políticos de futuro que objetivam colocar fim à própria luta de classes, ou seja, o fim da exploração do homem sobre o homem.

Envolto à práxis que objetiva a emancipação humana, ou seja, de toda a humanidade, o materialismo histórico exige, como método de pesquisa, uma abordagem dialética entre as partes e o todo, melhor dizendo, uma abordagem dialética que leve em conta as especificidades empíricas e suas relações com a totalidade sem

cair no empiricismo tampouco na generalização. Apesar de poder soar como obviedade redundante, na realidade isso constitui-se como o grande desafio colocado pela abordagem historiográfica materialista. De um lado, muitas tendências marxistas que se tornaram hegemônicas tenderam a desenvolver simplificações estruturais em que tudo se reduzia a uma abordagem economicista de um determinado modo de produção – compreendido os mecanismos da dinâmica da divisão social do trabalho, tudo se reduzia a manifestações culturais, políticas, jurídicas, militares de reforço dos laços sociais que mantinham as relações de exploração fundamentais. Assim, os elementos empíricos acabavam por “comprovar” algo demonstrável *a priori* pelos usos da teoria. A crítica desenvolvida por Thompson, por exemplo, ia exatamente nesta direção. Especialmente nos embates contra as generalizações estruturalistas observadas no último terço do século XX, a História, enquanto campo de conhecimento, tendeu a se afirmar como o terreno do singular, do específico, uma vez que processos e fenômenos nunca se repetem. A valorização da particularidade, do específico e da singularidade afirmou-se, especialmente a partir da década de 1990, como uma forma de rejeição às frequentes generalizações promovidas por explicações que procuravam se apresentar como sínteses de processos produzidos por “estruturas sem sujeitos”. Esta posição, para além de seus notórios avanços qualitativos, trouxe consigo também alguns limites:

Esta História confinada ao singular recusa-se a operar ao modo da ciência natural, isto é, através de deduções extraídas de leis gerais. No máximo admite formular indícios, quadros conceituais obtidos por indução, de alcance a validade restritos, como sugere Ginzburg em seu “paradigma indiciário”. Ela se mantém influente em nossos dias. Muitos historiadores contemporâneos realizam seu trabalho respeitando escrupulosamente estes limites, como os que procedem através da atualização do projeto weberiano de busca da “causação adequada” ou os que procuram aplicar modelos inspirados na etnografia como a “descrição densa” de Clifford Geertz. O interesse manifestado por boa parte da História Social pela subjetividade dos agentes também pode ter exatamente este caráter nos casos em que aparece acompanhado da recusa dos “modelos generalizantes” ou “sociológicos” de explicação. Por esta via, por exemplo, as pesquisas passam a priorizar o *escravo como sujeito* em detrimento da *escravidão como sistema*, ou a *identidade* em detrimento das *relações sociais*. (COELHO, 2010, p. 8)

Ainda que a crítica de Eurelino Coelho seja ampla, especialmente a última frase pode ser associada a tendências historiográficas desenvolvidas no Brasil com alguma proximidade com o materialismo histórico. Sustentadas em grande medida pelas abordagens propositivas de E. P. Thompson, buscou-se, em diversos âmbitos da História Social, conferir destaque às ações dos sujeitos como agentes históricos, com especial ênfase nas formas de resistência cotidiana. Estas abordagens produziram importantes e riquíssimos estudos que restituíram a complexidade das relações sociais no processo histórico que antes eram simplesmente desconsideradas ou sequer percebidas pelas perspectivas sociológicas de explicação histórica. Cada estudo, circunscrito a recortes temporais e espaciais cada vez mais específicos, ao colocar-se numa posição de constituição de uma “história vista de baixo” trouxe inúmeras contribuições qualitativas que ajudaram a perceber as concepções dos grupos subalternizados sobre as relações e processos históricos que viveram, especialmente no Brasil (Cf. MATTOS, 2012, p. 205-253). Inúmeros mitos, marcos e dicotomias foram desfeitos pela historiografia contemporânea brasileira, a exemplo da problematização do “muro de Berlim historiográfico” ente a história da escravidão e a história social do trabalho, do mito do estrangeiro revolucionário X o trabalhador nacional apático, do trabalho urbano X trabalho rural, préX pós-1930, autonomia X heteronomia de classe, etc. (Cf. CHALHOUB & SILVA, 2010).

Por outro lado, na esteira da advertência de Eurelino Coelho referida acima, ao passo que a historiografia brasileira restituiu complexidade analítica através de inúmeros estudos amplamente documentados, três características merecem destaque: uma tendência em reforçar a singularidade dos objetos de estudos, tornando-os, muitas vezes, estudos de casos específicos em termos de recortes espaciais e temporais; a ênfase na ação dos sujeitos “de baixo” passou a sublinhar suas formas de resistência para além das formas de organização político-institucional, através das formas de resistência difusas e cotidianas; as formas de organização e de luta política da classe trabalhadora passou, predominantemente, a ser norteada pela perspectiva das lutas por direitos e cidadania. Não há dúvida sobre os substanciais avanços qualitativos analíticos produzidos pela historiografia que tomou por baliza e produziu estes entre outros elementos, mas talvez seja o momento de retomada de algumas questões que foram relegadas em segundo plano a partir do processo de afirmação de uma história vista de baixo e da

agência humana em seus enfrentamentos a um estruturalismo tendencialmente economicista. Para o início da terceira década dos anos 2000, talvez seja urgente reestabelecer na historiografia o diálogo com perspectivas e conceitos relativos aos fatores de determinação objetiva e de mediação das relações de classe. Afinal, “embora na linha thompsoniana trabalhador não seja apenas um lugar na produção, inegavelmente há que concordar com Perry Anderson: sem este lugar, ninguém é trabalhador, operário” (OLIVEIRA, 2013, p. 145-146).

Logo, se é correto deslocar o olhar para os fatores das ações dos sujeitos na história sem tomá-las como meros reflexos de “estruturas sem sujeitos”, é imperativo também alijar-se da tendência a supervalorizar a ação dos sujeitos como se fossem *sujeitos* autônomos, isto é, como se suas *subjetividades* também não fossem construídas pelas relações sociais que constituem o processo histórico ao qual estão submetidas, ou melhor dizendo, *sujeitadas*:

O sujeito é uma realidade contraditória em vários aspectos. Tomemos dois. Ele é, num aspecto, sujeito no sentido comum, de ator/autor, *sujeito de*. Sua existência na história faz toda a diferença entre o mundo da natureza e o que resulta da ação humana. Esta ação, realizadora de uma obra que se distingue da e ultrapassa a natureza, não pode, a não ser por uma arbitrariedade metodológica, ser separada da subjetividade dos agentes e de tudo o que ela implica, como o fato de atribuir sentido à própria ação e ao mundo. Num outro aspecto, porém, o sujeito é sempre aquele que está submetido, sofre uma ação, é ou está *sujeito a*. A menos que aceitemos a ideia de que cada um de nós recebe uma alma imortal que seria a nossa verdade última, é preciso reconhecer que a subjetividade não é anterior à história do próprio sujeito. Ela só se desenvolve através da relação com o que lhe é exterior e *contraposto: a objetividade (objectum; Gegen-stand)*. Esta relação limita e modela o sujeito, embora não completamente. (COELHO, 2010, p. 15)

Pela perspectiva materialista, a História, como campo de conhecimento, não pode abrir mão da relação dialética entre os fatores objetivos e subjetivos do ser social, que, por sua vez, se estabelece em meio à *totalidade histórica*:

História será, então, sempre a investigação da história do ser social, isto é, de sujeitos determinados atuando em circunstâncias determinadas. Se aceitarmos esta forma de enunciar o objeto, teremos que concordar que a questão central da História é, muito a

contragosto do *mainstream* historiográfico, a da *determinação*. Inteiramente distinta da ideia de causalção, a questão da determinação convida a interrogar sobre como tal ação, tal sujeito e tais circunstâncias tornaram-se aquilo mesmo que efetivamente são, como se constituiu o seu modo *determinado* de ser. O problema da determinação é uma ou outra forma de abordar a própria história do ser social.(...)

Em se tratando da vida social, tudo o que for tomado ou considerado à parte do conjunto de relações sociais, que é, “na realidade”, a “essência da humanidade” será portador de uma incompletude radical. A única forma de lidar com esta incompletude sem recair numa deliberada unilateralidade é abrir-se para a totalidade, detectar e registrar as marcas da determinação pela totalidade social. (COELHO, 2010, p. 16)

O conceito de totalidade, em Marx, remete à interação dialética entre as partes e o todo. Não se trata de reduzir tudo, todos os elementos empíricos constituintes da realidade, à síntese do todo, tampouco de considerar o “todo” como resultado da “soma das partes”. Trata-se de remeter à compreensão de como os fatores mais gerais incidem, de modo contraditório e articulado, sobre suas partes constitutivas e como as partes, aparentemente desarticuladas e caóticas, constituem dialeticamente o todo:

A totalidade social na teoria marxista é um complexo geral estruturado e historicamente determinado. Existe nas e através das mediações e transições múltiplas pelas quais suas partes específicas ou complexas – isto é, as “totalidades parciais” – estão relacionadas entre si, numa série de interrelações e determinações recíprocas que variam constantemente e se modificam. A significação e os limites de uma ação, medida, realização, lei, etc. não podem, portanto, ser avaliados, exceto em relação à apreensão dialética da estrutura da totalidade. Isso, por sua vez, implica necessariamente a compreensão dialética das mediações concretas múltiplas que constituem a estrutura de determinada totalidade social. (MÉSZÁROS, 1983, p. 381)

Neste sentido, é imperativo, em uma análise calcada no materialismo histórico, abordar a realidade a partir da interação entre as partes e a totalidade, uma vez que ambas dimensões só existem na e através de suas relações mútuas:

A relação entre a ação que faz a história (e o sujeito que a pratica) e as circunstâncias que tornam possível e efetiva esta ação aparece, aqui, como a relação entre a singularidade e a totalidade, a parte e o

todo. **A parte não existe, como tal, fora da relação com o todo.** (...) Mas seria equivocado pensar na relação da parte com o todo como sendo de subordinação unívoca. **A parte é a materialização concreta, embora parcial e fragmentária, do todo,** que por sua vez não pode existir senão *em e através de* cada parte. Destituído de suas partes, o todo deixaria de existir concretamente e assumiria uma forma ilusória.

Todavia, uma vez que nos dispomos a conhecê-la, a relação é também contraditória: a parte revela e, ao mesmo tempo, esconde o todo. Lidando com as evidências documentais, próprias de seu ofício, o historiador experiente sabe que elas possuem natureza fragmentária e que revelam, do seu objeto, apenas aspectos parciais. O trabalho com as fontes faz com que apareçam *partes* e, de fato, somente elas aparecerão de modo evidente. Sua aparição como parte é reveladora, já, de um aspecto do todo – mas apenas um aspecto. A relação mais profunda daquele aspecto parcial com a totalidade, no entanto, não é necessariamente evidente na própria evidência documental. Ela permanece em geral oculta até que o historiador problematize a fonte. O todo não aparece, **como tal**, na parte. (COELHO, 2010, p. 11).

Deste modo, o conceito de totalidade procura tornar possível a compreensão de lógicas mais amplas e gerais sem cair em generalizações, ao passo que torna possível a abordagem e a compreensão dos elementos particulares sem cair em particularismos.

Na busca pela compreensão dos processos de constituição das subjetividades e da compreensão dos sujeitos históricos, alguns conceitos caros à tradição marxista, mas que, paulatinamente foram perdendo espaço no conjunto da historiografia, tornam-se cada vez mais imperativos como mediadores da relação entre os elementos determinantes e a ação dos sujeitos. Os conceitos de *alienação* e *ideologia*, de Marx, e *hegemonia*, de Gramsci, por exemplo, são instrumentos importantes a impedir que se reverberem explicações fáceis de teor liberal, como as acepções das “teorias das escolhas racionais” tão presentes, de modo explícito ou implícito, no jornalismo, na Ciência Política e mesmo na historiografia. Afinal, além dos indivíduos não existirem fora de sua historicidade – e, portanto, das forças que determinam sua própria subjetividade e ação como sujeito histórico –, suas ações, preferências e escolhas não se reduzem a um tipo vulgar de “cálculo racional” limitado à diferença entre “custos e benefícios”. Isso sim seria resvalar em um economicismo barato.

Mas também existem outros conceitos e categorias de análise

que foram esquecidas, deliberadamente ou não, no processo de rejeição aos estruturalismos economicistas, que merecem ser revisitados pela historiografia para a promoção de inflexões necessárias à compreensão da realidade histórica, sobretudo do mundo contemporâneo. Um dos pontos fundamentais a ser encarado pelo trabalho de um historiador próximo ao materialismo histórico sobre a história contemporânea tem a ver com a necessidade de pensar as articulações entre o geral e o específico, sem cair em generalizações, tampouco em estudos de casos encerrados em si mesmos. Pensar dialeticamente as constantes e dinâmicas reconfigurações do espaço como formas concreta de realização das relações sociais na história é um dos desafios prementes.

### **Materialismo histórico, regiões e capitalismo global**

Uma das tendências historiográficas que busca superar as especificidades a fim de se compreender as articulações em escalas mais amplas que tem ganhando força em âmbito internacional é a da constituição de uma História Global do Trabalho, com ênfase no chamado “Sul Global”. Segundo seu principal idealizador, o historiador holandês Marcel van der Linden (2013), a necessidade de seu fomento justifica-se por algumas razões: o intenso desenvolvimento da historiografia dedicada à esfera do trabalho em âmbito internacional, a necessidade de se pensar em processos de interações entre regiões para além dos limites estabelecidos pelas fronteiras políticas dos Estados nacionais (cuja premissa seria a aceitação, por acomodação, das fronteiras como algo dado e não problematizado, redundando em um “nacionalismo metodológico”), e o fato da maior parte da população mundial não estar submetida às formas de exploração, padrões de consumo e experiências políticas verificadas nos países do Norte, a exemplo do trabalho assalariado e direitos sociais, civis e políticos regulamentados por instituições tidas por democráticas. Neste sentido, a proposta tem em perspectiva superar percepções eurocêntricas, como a própria concepção, muito em voga ao longo do século XX, de que a exploração capitalista só existe pela exploração do trabalho assalariado, quando não apenas pela atividade industrial, resultando em uma frequente confusão, especialmente nos países de línguas latinas, entre os termos “classe operária” e “classe trabalhadora”. Um dos suportes para esta proposição encontra-se nas concepções da teoria do sistema-mundo, desenvolvidas por intelectuais como

Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e outros vinculados ao Instituto Fernand Braudel.

A abordagem da teoria do sistema-mundo tem proporcionado grandes avanços para a constituição de uma história global, ao tratar dos fatores de expansão do capitalismo, sistema que teria suas origens no chamado “capitalismo comercial”, o circuito de expansão comercial europeu iniciado no Mediterrâneo do século XVI. Ainda que esta perspectiva assente sua compreensão das origens do capitalismo em torno da expansão das atividades comerciais e não exatamente nas transformações produtivas, ela não é exatamente antagônica à abordagem marxista ao fornecer questões e métodos de pesquisa sobre a expansão global do capitalismo:

O enfoque do sistema-mundo, portanto, reúne cinco escolas de pensamento: a visão de Marx do capitalismo como uma realidade global desde seus primórdios; a historiografia da escola dos *Annales* (e sobretudo o próprio Fernand Braudel); o pensamento sociológico sobre os sistemas sociais, analisando a coerência mútua e a funcionalidade de todos os seus elementos; a teoria da “onda longa” na economia; e a “teoria da dependência”, que postula uma dependência estrutura entre a “periferia” da economia do mundo capitalista com relação a suas regiões “centrais” (metropolitanas). (LINDEN, 2013, p. 320)

Ao lado desta perspectiva de forte impacto em diversas áreas do conhecimento em âmbito mundial desde a década de 1990, há também outros conceitos e categorias de análise que passaram a perder força no âmbito da historiografia, sobretudo brasileira, e que merecem ser revisitadas para a compreensão das formas de articulação entre as partes e o “todo” do modo de produção capitalista.

Cientistas Sociais como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Florestan Fernandes e Francisco de Oliveira, entre tantos outros, contribuíram enormemente nas décadas de 1960 e 1970 para a análise sobre a inserção Brasil e da América Latina no capitalismo como modo de produção global. Suas obras são importantes referências para a compreensão das formas de exercício da dominação de classe no país e, em contrapartida, para a compreensão das formas de resistência da classe trabalhadora e o desenvolvimento de projetos políticos alternativos de futuro. No entanto, elas repousaram em certo ostracismo na historiografia brasileira da década de 1980, ou ainda principalmente da década de 1990 em diante. A retomada de alguns de seus debates podem ser

promissores para os novos desafios de interpretação da história contemporânea do Brasil sob diversos aspectos. Frente aos substanciais avanços que a historiografia desenvolveu em termos de análise empírica e de ênfase sobre a ação dos sujeitos históricos, a releitura destes e de outros autores talvez possam proporcionar avanços qualitativos significativos em direção à superação de alguns dos limites produzidos em torno da singularização dos objetos de estudo, ao estimular a busca também das regularidades, dos sistemas e dos processos mais amplos para a compreensão das “partes” regionais em relação à totalidade do modo de produção capitalista.

A abordagem destes autores sobre o caráter dependente e subordinado do capitalismo brasileiro e latino-americano requer a retomada de outro conceito caro à tradição marxista, o de imperialismo. A Teoria Marxista da Dependência (TMD) desenvolvida por intelectuais latino-americanos, em especial pelo brasileiro Ruy Mauro Marini, assentou-se nas leituras de Lenin, Rosa Luxemburgo e Trotsky sobre o imperialismo e o desenvolvimento desigual e combinado para compreender as formas de subordinação dos países da América Latina, que, embora formalmente emancipados como Estados-Nação, mantêm-se em situação de dependência ao capitalismo industrial e financeiro historicamente centralizado até aqui nos países do Atlântico Norte. O processo de subordinação articulada, dialeticamente desigual e aparentemente contraditória, constitutivo do capitalismo como modo de produção global, tende a manter e reproduzir as estruturas sociais vigentes e interferir diretamente na dimensão política da luta de classes nos países latino-americanos e também nos africanos e asiáticos, à época envoltos nas lutas por independência do jugo colonial (Cf. MARINI, 2017; VALENCIA, 2019).

A compreensão da subordinação articulados países “periféricos” aos “centrais” confrontou as perspectivas que, com grande penetração na constituição de políticas econômicas dos Estados nacionais desde o final da II Guerra Mundial, embora considerassem a existência do capitalismo dependente, concluíam ser possível a superação do subdesenvolvimento via a modernização proporcionada pela industrialização sob a égide do capitalismo. Para tanto, tais horizontes analíticos, desenvolvidos ou fortemente influenciados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social da ONU, fundavam-se na oposição entre dinâmicas “arcaicas”, reminiscências profundamente enraizadas do

colonialismo ibero-americano pré-capitalista, e as características da “modernidade” capitalista-industrial. A lógica da dualidade da oposição entre o moderno e o arcaico, o centro e a periferia, a democracia e o autoritarismo, enfim, o desenvolvimento e subdesenvolvimento, acabava por resvalar na ideia de que a superação deste estado de coisas seria possível com a aplicação de um conjunto de reformas a serem instituídas com vistas gerar as condições para a ampliação do capitalismo industrial. Havia aqui a busca por implementar uma lógica funcionalista do capitalismo, cujo circuito interno reorganizado promoveria melhorias de condição de vida do conjunto da população por meio da implementação de procedimentos capitalistas tomados por “racionais” em detrimento da “irracionalidade” predatória das formas de dominação “arcaicas” de tipo pré-capitalista. Estas premissas fortemente presentes nos estudos cepalinos também estiveram presentes, por outros meios, no âmbito marxista, mais exatamente no etapismo stalinista então em voga, para o qual era necessário desenvolver as condições objetivas do capitalismo nestes continentes antes da promoção de uma revolução socialista, o que implicaria o apoio político aos setores tidos por “progressistas” – ou seja, a burguesia industrial – nas suas lutas contra os setores “arcaicos” de tipo “feudal” vinculados ao latifúndio agroexportador.

A TMD tratou de reconfigurar a forma dualista de compreensão da dinâmica capitalista, enfatizando como o capitalismo, como um “todo”, e sua forma imperialista, também “permeia”, está contido e constitui a dinâmica aparentemente “interna” do capitalismo nos países dependentes, impossibilitando, portanto, isolá-lo e desconsiderá-lo sobre a compreensão de suas realidades históricas. Os aparentes “atraso” e “arcaísmo” não seriam opostos à modernidade capitalista, mas seus elementos intrinsecamente constitutivos.

Um dos conceitos fundamentais presentes na obra de Ruy Mauro Marini é o de superexploração da força de trabalho, elaborado para a compreensão das formas de acumulação de capital desenvolvidas nos países dependentes. De acordo com o autor, o aumento da produtividade da classe trabalhadora nos países dependentes, como o caso latino-americano, ocorre pelo agravamento das condições de exploração da força de trabalho nestas regiões do globo, baseadas “na intensificação do trabalho, na prolongação da jornada de trabalho e na expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (MARINI, 2017, p. 334), não pelo incremento da tecnologia

conforme verificado na relação capital-trabalho “típica” nos países centrais. Desta forma,

(...) nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. (MARINI, 2017, 334)

A superexploração desenvolve-se nos países de capitalismo dependente porque é por meio dela que suas classes dominantes realizam as formas de compensação de suas perdas nas relações estabelecidas com as formas mais avançadas do capital localizados nos países centrais. “Modernidade” e “arcaísmo”, “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”, portanto, não passariam de aparências díspares de processos mais profundos mas intrinsecamente vinculados.

Por meio da superexploração da força de trabalho, a dependência é retroalimentada, uma vez que ela é condição de realização do capital e dos interesses das classes dominantes locais, historicamente acomodadas à condição de subsidiárias da indústria “avançada” localizada no exterior de suas fronteiras através do fornecimento de commodities. Esta posição se reforça na medida em que estas classes dominantes encontraram seu lugar de inserção no mercado global sem terem que se arriscar em grandes investimentos de tecnologia industrial em condições de competição. Logo, dependência e superexploração não são fatores de “arcaísmo” ou de “atraso”, mas constituem a desigualdade inerente ao capitalismo em escala global pelo qual existem o “moderno” e o “avançado”. A relação de dependência, porém, não se limitaria apenas a uma relação entre países ou regiões (sub)continentais. No interior dos (sub)continentes e dos próprios países verifica-se a existência concreta desta lógica em outras escalas.

## **A análise das inter-relações entre as regiões para a compreensão da história “nacional”: a contribuição de Francisco de Oliveira sobre o Brasil e “os Brasis”**

Embora não diretamente vinculado à TMD, o sociólogo pernambucano Francisco de Oliveira, por exemplo, ao tecer sua crítica à visão dualista da CEPAL na década de 1970 também dedicou-se a compreender as diferenças socioeconômicas entre as regiões Nordeste e o Centro-Sul, produzidas especialmente após 1930, acentuadas a partir da política de industrialização de Juscelino Kubitschek e aprofundadas na ditadura iniciada em 1964 e seu “milagre econômico”. Sua análise repousa sobre elementos estruturais da economia capitalista enquanto trata de demonstrar como o chamado “atraso” do mundo rural em relação ao urbano-industrial e do Nordeste é condição *sinequa non* para o desenvolvimento industrial e “moderno” localizado no Centro-Sul, notadamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, uma vez que o rebaixamento do custo da reprodução da força de trabalho urbana e da realização da acumulação de capital verificado entre as décadas de 1940 e 1970 dependiam não apenas dos constantes fluxos migratórios do campo para a cidade e dos vultuosos exércitos industriais de reserva, mas das culturas de subsistência, das atividades informais e dos mutirões para a construção de habitações populares, conforme síntese apresentada pelo próprio autor em *O Ornitorrinco*, escrito de revisitação em 2003 de sua *Crítica à razão dualista*, publicado três décadas antes e onde dedicou-se a analisar estes elementos de modo mais detalhado:

Esse conjunto de imbricações entre agricultura de subsistência, sistema bancário, financiamento da acumulação industrial e barateamento da reprodução da força de trabalho nas cidades constituía o fulcro do processo de expansão capitalista, que havia deixado de ser percebido pela teorização cepalino-furtadiana, em que pese seu elevado teor heurístico. Tive que entrar em forte discordância com as teorias do atraso da agricultura como fator impeditivo, com a do “inchaço” das cidades como marginalidade, com a da incompatibilidade da legislação do salário mínimo com a acumulação de capital, o que não quer dizer que as considerasse fundamentais sólidos para a expansão capitalista; ao contrário, sua debilidade residia e reside ainda precisamente na má distribuição da renda que estrutura, que constituirá sério empecilho para a futura acumulação.

Daí derivou uma explicação para o papel do “exército de reserva”

nas cidades, ocupado em atividades informais, que para a maior parte dos teóricos era apenas consumidor de excedente ou simplesmente lúmpen, e para mim fazia parte também dos expedientes de rebaixamento do custo da reprodução da força de trabalho urbana. O caso da autoconstrução e dos mutirões passou a ser explicativo do paradoxo de que os pobres, incluindo também os operários, sobretudo os da safra industrializante dos 1950, são proprietários de suas residências – se é que se pode chamar assim o horror das favelas –, e assim reduzem o custo monetário de sua própria reprodução. (OLIVEIRA, 2013, p. 130).

Na sequência destes parágrafos, Francisco de Oliveira apoiou-se em Walter Benjamin ao afirmar explicitamente como estes elementos estruturais do capitalismo são vividos nas experiências concretas dos setores oprimidos:

Nada disso é uma adaptação darwinista às condições rurais e urbanas do processo de expansão capitalista no Brasil, nem “estratégias de sobrevivência”, para uma certa antropologia, mas basicamente as formas irresolutas da questão da terra e do estatuto da força de trabalho, a subordinação da nova classe social urbana, o proletariado, ao Estado, e o “transformismo” brasileiro, forma de modernização conservadora, ou de uma revolução produtiva sem revolução burguesa. Ao rejeitar o dualismo cepalino, acentuava-se que o específico da revolução produtiva sem revolução burguesa era o caráter “produtivo” do atraso como condômino da expansão capitalista. O subdesenvolvimento viria, a ser, portanto, a forma de exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia. Como disse Walter Benjamin, os oprimidos sabem do que se trata: o mutirão é a autoconstrução como exceção da cidade, o trabalho informal como exceção da mercadoria, o patrimonialismo como exceção da acumulação privada, keynesianismo *avant la lettre*. (OLIVEIRA, 2013, p. 131)

Estas experiências vividas pelos subalternizados são determinadas, portanto, pela dinâmica da organização capitalista no país em âmbito nacional. A “unidade” da realização do capital entre as diferentes partes não ocorreu, porém, somente por uma lógica estrutural “sem sujeito”, mas por meio de ações e disputas políticas concretas, os “planejamentos” estratégicos desenvolvidos pelos órgãos de Estado junto às agências das classes dominantes. Ao abordar a constituição das desigualdades regionais entre o Nordeste e o Centro-Sul para compreendendo significado histórico da elaboração da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, e dos desvios a que tal instituição foi

submetida em relação aos seus propósitos originais, em *Elegia para uma re(li)gião*, de 1977, Francisco de Oliveira tratou de forjar seu conceito de “região” fundamentado “na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de luta de classes e do conflito social em escala mais geral” (OLIVEIRA, 2013, p. 145). Deste modo, região também passa a ser um conceito a ser compreendido apenas em sua forma relacional:

A especificidade de cada “região” completa-se, pois, num quadro de referências que inclui outras “regiões”, como níveis distintos de reprodução do capital e relações de produção; pelo menos quando se está em presença de uma “economia nacional”, que globalmente se reproduz sob esquemas da reprodução ampliada do capital, é que o enfoque aqui adotado, de *diferenças na divisão regional do trabalho*, pode encontrar terreno propício para o entendimento das relações inter-regionais e abandonar a abordagem dos “desequilíbrios regionais” por uma formulação que centre suas atenções nas contradições postas e repostas exatamente pelas formas diferenciadas de reprodução do capital e das relações de produção. O planejamento emerge aqui como uma “forma” da intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que *tomam uma aparência de conflitos inter-regionais*; o planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador, mas, ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução de capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização ou, conforme é comumente descrito pela literatura do planejamento regional, no rumo da “integração regional”. Nem ainda o planejamento é uma forma “neutra” dessa presença; ao contrário, ele é no mais das vezes uma forma transformada da própria luta de classes, tanto ao nível das contradições na reprodução global do capital quanto no nível das contradições entre as formas diferenciadas, “regionais”, daquela reprodução e as mesmas formas das relações de produção.

(...) O que preside o processo de constituição das “regiões” é o modo de produção capitalista, e, dentro dele, as “regiões” são apenas espaços socioeconômicos em que uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a “região” exatamente pela sua predominância e pela conseqüente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são *personas* do capital e de sua contradição básica. (OLIVEIRA, 2008, 149)

Nestes termos, o conceito de “região” é compreendido a partir de formas dinâmicas que se metamorfoseiam constantemente e podem ser percebidos em recortes e escalas variantes. Assim, as regiões não são meras reproduções de conjuntos político-administrativos definidos por órgãos de Estado ou por referenciais naturais de geografia física, embora estes elementos possam ser e são importantes para a definição de uma região, mas fundamentalmente são definidas por um conjunto de interconexões históricas (econômicas, sociais, políticas e culturais) em determinados territórios que precisam ser refletidas pelo observador para sua delimitação. Ao abordar a relação dialética do que o autor considerava serem as duas grandes e principais regiões brasileiras do século XX, o Nordeste e o Centro-Sul, partiu da reflexão sobre a existência de “Nordestes” (fundamentalmente, o açucareiro-têxtil e o pecuarista-algodoeiro) que coexistem, em relações contraditórias de articulação e conflito entre si e com as demais regiões que compõem o Brasil ou os “Brasis”, termo utilizado para acentuar esta diversidade na unidade. Sua definição da região Nordeste ocorre a partir da relação que observa ter se estabelecido historicamente com o Centro-Sul hegemônico por São Paulo:

A conversão da “região do café” [formada pelo Vale do Paraíba e Oeste paulista] em “região” da indústria começa a redefinir a própria divisão regional do trabalho em todo o conjunto nacional. Seu papel nessa divisão regional do trabalho no que respeita à “região” Nordeste passa a ser de um lado, sistematicamente, a reserva do exército industrial de reserva: as migrações Nordeste–São Paulo chegam a constituir um formidável contingente que vai suprir os postos de trabalho criados pela industrialização e contribuir para manter baixos os níveis de salário real de toda a massa trabalhadora; por outro lado, os diferenciais da taxa de lucros começa a drenar o capital que ainda se formava no Nordeste; e ainda sob outro aspecto, a mudança da política econômica que se centrava agora na viabilização da reprodução do capital industrial, favorecendo sistematicamente uma taxa de câmbio subestimada, ao mesmo tempo que elevava *nacionalmente* as taxas alfandegárias para proteção da indústria de transformação, deu lugar a um mecanismo de triangulação de mercadorias Nordeste–Exterior–Centro-Sul–Nordeste que deprimia a taxa de realização do valor das mercadorias produzidas no Nordeste, inviabilizando ainda mais a reprodução do capital na região nordestina.

As contradições da reprodução do capital e das relações de produção em cada uma ou, pelo menos, nas duas principais “regiões” do país, sinal de uma redefinição da divisão regional do

trabalho *no conjunto do território nacional*, começam a aparecer coo conflito entre as duas “regiões”, uma em crescimento, outra em estagnação. (OLIVEIRA, 2008, p. 162-163)

O desenvolvimento industrial da “região” de São Paulo começou a definir, do ponto de vista regional, a divisão do trabalho na economia brasileira, ou mais rigorosamente, começou a forjar *uma divisão regional do trabalho nacional*, em substituição ao “arquipélago” de economias regionais até então existentes, determinadas sobretudo pelas suas relações com o exterior. (OLIVEIRA, 2008, p. 199)

A partir deste ponto, o autor começa a expor sua forma de compreender a produção das desigualdades regionais: elas integravam de forma fundamental o processo de modernização industrial pelo qual o Brasil passou enquanto fortalecia o estabelecimento de uma integração nacional, entendida como “nacionalização” do capital sob a hegemonia de uma região em lugar da realização do capital internacional por meio da articulação direta entre os mercados externos e as economias regionais, como se verificava, predominantemente, até o fim da Primeira República (OLIVEIRA, 2008, p. 203). Segundo o autor, a conformação do “populismo” entre 1930 e 1964 seria exatamente a forma política encontrada para fomentar o processo de realização do capital nacional. As rearticulações políticas da luta de classes, inclusive pela simbólica negação da existência do conflito pelo “pacto” entre burguesia “progressista” e proletariado urbano, teriam proporcionado as mediações sociais que implementavam o processo de reorganização da economia nacional através do rearranjo das economias regionais subordinadas ao centro industrial. Não se trata aqui de reportar a qualquer aspecto do debate sobre a pertinência ou não da utilização do termo “populismo” como conceito analítico da forma como a historiografia brasileira fez em torno da questão da “manipulação” da classe trabalhadora pela política de Vargas e seus afilhados. Para a discussão que está sendo travada nos limites deste artigo, interessa observar a problematização de Francisco de Oliveira faz sobre as diferenças da luta política de classes nas duas grandes regiões “Nordeste” e “Centro-Sul” que contrapõem-se fortemente a concepções vigentes à época sobre a consciência de classe e que encontraram eco em diversas análises da historiografia brasileira, mesmo quando, de uma forma ou outra tratou de refutá-las: a força da ação política dos grupos subalternizados do Nordeste e de sua organização de projetos autônomos de futuro.

Em primeiro lugar, Francisco de Oliveira, ao compreender o “pacto populista” como “a forma da hegemonia burguesa que se

afirmara sem liquidar com o seu antigo contendor, a oligarquia cafeeicultora, (...) dirigindo penosamente a ação e a intervenção do Estado como sustentáculo e mola de sua expansão, (...) utilizando o Estado para vigiar o proletariado urbano sem necessariamente ser repressor ostensivo”, compreendeu que, nestas condições, o “Estado não era um mediador nas condições concretas da expansão capitalista (...), mas, ao contrário, o núcleo da contradição”, pelo qual “sobre sua forma, sobre sua direção, dirigiam-se as contendas das duas principais classes sociais, e, por força destas, com as demais que eram periféricas, latifundiários e massa urbana não-operária”. Isto, porém, não seria sinal de debilidade do capitalismo brasileiro ou desvio de atuação de suas classes em relação aos casos tomados por padrões clássicos: “crédito e proteção, de um lado, e pedidos de aumento de salários, de outro, eram as duas faces da contradição que o Estado representava” na sua forma histórica concreta. No caso específico, porém, esta forma histórica concreta não se verifica em um Brasil “homogêneo”, mas em um dos Brasis caracterizados pelas forças diferenciadas da expansão do capitalismo em território nacional, o Brasil do Centro-Sul. As feições assumidas pelas disputas sociais e políticas de classe nesta região passaram a ser lidas como forma “exageradamente ‘homogeneizada’, uniformizada” para todo o Brasil de 1930 a 1964. No Nordeste, ao contrário, não teria havido experiências “populistas”, mas, até mesmo, um “*antipacto populista*” (OLIVEIRA, 2008, p. 218), um “amplo espaço *para a confrontação direta*”. Isso porque

Faltavam no Nordeste os conteúdos específicos do “populismo”: uma hegemonia burguesa que se impôs sem romper abertamente com a oligarquia agrária, um proletariado urbano que emerge em novas condições de expansão das forças produtivas, um Estado produtor que se tornava gradual e crescentemente o próprio núcleo da contradição, pela ambiguidade de suas relações com as classes dominantes e dominadas. (OLIVEIRA, 2008, p. 222)

Em sua ótica, em meio ao processo de hegemonização do capitalismo nacional pelo Centro-Sul, teria ocorrido a simultaneidade do enfraquecimento da burguesia industrial nordestina e a erosão da *paxagrariae*, definida pelas formas de controle social e de exploração da força de trabalho mantidas pelos “coronéis” oligarcas proprietários de terras, senhores de engenho e usineiros que valeram-se da rearticulação da exploração sob formas de acumulação primitiva e de sobretrabalho, como o cambão e vínculos

de reciprocidade tradicionais como a moradia e os sítios. O declínio da capacidade da produtiva da agricultura de subsistência da região, incapaz de fazer frente à competição com a produção do Centro-Sul, levou a rebaixamentos sucessivos dos preços das mercadorias que deveriam ser compensados, do ponto de vista dos proprietários, pela elevação da renda da terra pelos latifundiários (o “foro”) e pela intensificação das formas de trabalho semicompulsório, como o “cambão”. Como resultado, as constantes ameaças ou efetivação da expulsão das terras por este “semicampesinato” e a redução das condições de vida pelo aumento da intensidade do trabalho. Em contrapartida, este quadro também abriu flancos para a agudização dos conflitos e das ações reivindicativas coletivas desta população, colocando fim à *paxagrariae* da região em um processo de mútuo fortalecimento com o proletariado urbano e rural:

O resultado mais evidente foi o da gradual e firme ascensão das forças que se chamam aqui, conjuntamente, de “populares”, designação esta que se lhes dá não apenas por oposição às forças das classes sociais proprietárias, mas sobretudo em razão do seu caráter de amálgama de forças socialmente subordinadas, mas heterogêneas tanto entre si quanto em relação às próprias classes dominantes. Tais “forças populares” são constituídas por semicamponeses, pequenos sítiantes, meeiros, arrendatários, cuja expressão política mais evidente passou a ser as Ligas Camponesas, mas que também estavam representados em sindicatos, de diversa filiação e orientação, inclusive da Igreja Católica: o fato *político* notável, entretanto, é seu aparecimento na cena política *por fora, à margem e em oposição* aos “coronéis”, senhores de engenho e usineiros. Essa massa agrária aparecia pela primeira vez, na história social e política do Nordeste, como agente político autônomo, de perfil definido, que não poderia mais ser confundido com os “eleitores de cabresto”, com o “voto de curral”. (...)

O outro agente político fundamental na constituição dessas “forças populares” é inegavelmente o proletariado, tanto urbano como rural, que não emergiu como agente político autônomo (...) na década de 1950. Tem existência antiga, sua oposição à burguesia é já tradição na história política do Nordeste, principalmente em Pernambuco (...). O que é novo no quadro dos anos 1950 é que o proletariado urbano e rural vai modificando sua relação de força com as outras classes sociais dominantes, e também dominadas; quanto às segundas, sua junção com o conjunto de classes sociais agrárias dominadas vai dar no movimento popular a inusitada força que conheceu nos anos 1950 e princípios dos anos 1960.

(OLIVEIRA, 2008, p. 236-237)

A emergência destes novos agentes políticos da luta de classes não é um traço meramente quantitativo, mas uma expressão histórica da classe trabalhadora da região que articulou seus projetos autônomos de futuro como formas de expressão de sua consciência. O longo trecho transcrito abaixo é valioso por ser um panorama de síntese destas “forças populares” e os conteúdos de classe de seus projetos políticos de futuro entre as décadas de 1950 e o golpe de 1964:

O conflito de classes entre as forças populares no Nordeste e as combatidas forças dominantes locais, burguesia industrial e oligarquia latifundiária, num processo que estava desembocando claramente na perda de hegemonia daquelas classes dominantes, expressa-se bem sob outros aspectos, e nesse sentido é antagônico também com a expansão do capitalismo monopolista a partir do Centro-Sul. O conceito de hegemonia é aqui utilizado inspirado em Gramsci, sem dúvida. As forças populares do Nordeste evidentemente ainda não tinham conquistado as alavancas do poder econômico, mas caminhavam no sentido do controle político, e mais, o que é muito importante, estavam impondo sua hegemonia cultural, se assim quiserem chamar, ou sua hegemonia ideológica, no nível das instituições da superestrutura. É no Nordeste que surgiram os chamados “movimentos de educação de base”, primeiro baseados na ação da Igreja Católica, cuja raiz consistia no abandono dos conceitos tradicionais da educação formal e na tentativa de rejeitar a escola como uma instituição que reproduz as estruturas formais de dominação; é no Nordeste que uma instituição como a Igreja Católica começa a tomar posição aberta pela reforma agrária, quando no Centro-Sul a voz isolado de um Carmelo Mota submergia em meio à maré comandada pelos dons Sigauds da vida; os sucessivos encontros dos bispos no Nordeste, o primeiro em Campina Grande em 1956 e o segundo em Natal em 1959, no acender das luzes da própria Sudene, questionam o direito a uma propriedade socialmente inútil. Pode-se dizer que isso não era mais que u eco distante da *Rerum Novarum*, mas ainda assim foi a maior parte da hierarquia católica da região que assumiu as novas posições. É no Nordeste que vai emergir o chamado processo de educação, orientado teoricamente por Paulo Freire, cuja raiz residia na *conscientização*, isto é, na inversão do processo tradicional do aprendizado que começa pelo conhecimento para terminar – se acaso chegar lá – à consciência das situações sociais. É no Nordeste que o Movimento de Cultura Popular do governo Miguel Arraes, desde a prefeitura de Recife, não apenas põe em prática o método Paulo Freire, mas começa a valorizar os elementos da cultura popular para, a partir deles, desmitificar os processos de dominação e exploração. É no

Nordeste, mais precisamente sob o governo municipal de Djalma Maranhão, que se produz o magnífico movimento educacional cuja sigla érea “de pé no chão também se aprende a ler”, que não se reduz a uma questão de economia de investimentos, mas propunha uma educação para o poder. É no Nordeste, finalmente, para não tornar mais longa a relação, que o movimento das Ligas Camponesas utiliza o Código Civil para combater a propriedade, o sobretrabalho, o “cambão”. Todos esses aspectos revelam que o avanço no nível da superestrutura obrigaria, levado às suas últimas consequências, a um novo caráter na condução dos negócios do Estado: a questão de resumir uma última análise, era o *que fazer com o Estado*. Essa corrosão da hegemonia ideológica das classes dominantes locais vai aparecer como contraditória com o movimento de expansão do capitalismo monopolista no Centro-Sul; neste, apesar de existir também em curso uma certa erosão ideológica, as classes dominantes mantinham e até redefiniam o papel das instituições superestruturais: por exemplo, no que respeita à educação, a redefinição que se propõe, muitas vezes rotulada de “democratização”, era sem dúvida o abandono da concepção elitista da educação e sua substituição por uma pedagogia para o desenvolvimento, isto é, voltada para dar maior eficácia aos quadros dirigentes, nos níveis intermediários, da condução dos negócios econômicos. (OLIVEIRA, 2008, p. 245-246)

O autor observou nesta efervescência política um conteúdo de mudanças profundas almeçadas pelos setores populares, de forma a se apresentarem como elementos de disputa contra-hegemônica, ou seja, de se configurarem como alternativas autônomas às formas hegemônicas estabelecidas pelas classes dominantes. Ao fazer isso, atribui uma distinção do “pacto populista” que, sob a hegemonia burguesa, apresenta-se como aparentemente conciliadora dos interesses da classe trabalhadora. E vai mais além: estabelece uma distinção regional entre as correlações de forças existentes naquela quadra histórica. Enquanto na virada da década de 1950 para 1960 o “pacto populista” existente no Centro-Sul entrava em desgaste, ou seja, sendo minado por seus limites pela agudização dos conflitos que não conseguia mais conter, a mobilização autônoma das forças populares do campo e da cidade no Nordeste confrontava não apenas a hegemonia com as classes dominantes nordestinas, mas fundamentalmente ameaçava a hegemonia da burguesia nacional como um todo a partir de uma confrontação estrutural com a burguesia industrial do Centro-Sul, uma vez que sua condição de centralidade dependia das articulações das formas de exploração e acumulação em âmbito

nacional, inclusive e sobretudo no Nordeste:

A perda de poder da burguesia industrial nordestina, a dissolução da *paxagrariae* nordestina, começa a ser percebida pela grande burguesia nacional como uma ameaça mais que potencial à sua hegemonia. (...)

Em que sentido a coligação de forças populares que emerge no Nordeste torna-se antagonista à hegemonia burguesia internacional-associada do Centro-Sul? (...) O antagonismo entre a coligação de forças populares do Nordeste e a burguesia industrial do Centro-Sul está caminhando para a total hegemonia nacional, vai centrar-se em primeiro lugar no próprio papel do Estado. A ascensão das forças populares no Nordeste, que não chega a capturar o Estado, mas apenas governos nominais, impedia no entanto a dissolução da ambiguidade do Estado no sentido já indicado, e apontava para outra dissolução, noutra sentido, direcionado este pela pressão das forças populares e pelas suas reivindicações. Esse impedimento, ainda que parcial, era suficiente para constituir-se em antagonismo. (...)

Crescendo a ação política das massas camponesas e semicamponesas, crescendo a presença política das massas trabalhadoras urbanas, suas reivindicações vão chocar-se contra a essência do processo de crescimento oligopolístico a partir do Centro-Sul, no núcleo da própria estrutura do processo de concentração e centralização do capital. (...) as reivindicações das forças populares no Nordeste, tanto rurais quanto urbanas, centravam-se agora exatamente na aplicação *rigorosa* das leis de propriedade, por um lado, e das leis de regulamentação trabalhista por outro, entre estas a estrita obediência ao pagamento do salário mínimo. Se no Centro-Sul, na origem da expansão industrial dos anos 1930, a aplicação dessas regulamentações funcionou de certo modo como alavanca do processo de acumulação, no movimento de expansão oligopolística eles funcionaram noutra direção, roubando à burguesia industrial do Centro-Sul uma oportunidade de acumulação diferencial. (OLIVEIRA, 2008, p. 242-244)

A abordagem desenvolvida por Francisco de Oliveira reorienta completamente a compreensão das dinâmicas da história das relações de classe no país ao investigar as origens das formas de integração regionais em âmbito nacional, localizando formas de constituição da subordinação das demais regiões a um centro hegemônico regional, que, por sua vez, costuma se ver e se apresentar como síntese nacional. Deste modo, o Brasil como país dependente e periférico também é composto por regiões central e periféricas que caracterizam-se por formas próprias de superexploração da força de trabalho para a reprodução ampliada

do capital em articulação nacional e internacional. O Nordeste como periferia, porém, não existe como algo que está “atrasado”. As permanências do “arcaico” se combinam para a promoção daquilo que é o “moderno”; ou ainda, a promoção do “moderno”, tal qual se delineou historicamente, dependeu efetivamente das formas “arcaicas” marcadas por uma intensa superexploração da força de trabalho. Assim, as ações reivindicativas pela extensão das formas de mediação regulamentar da relação capital-trabalho para o Nordeste na década de 1950, sobretudo no campo, a exemplo das leis trabalhistas, ameaçavam deteriorar fundamentalmente as formas de oligopolização do capital industrial no Centro-Sul, ou seja, ameaçava redinamizar o aparente “equilíbrio” entre partes desiguais e classes sociais estabelecido pela economia nacional promovida desde a década de 1930. Em grande medida, Francisco de Oliveira localiza um embate político agudo entre o ascenso das mobilizações das forças populares do Nordeste e a hegemonia oligopolística do Centro-Sul. Daí o golpe de 1964 como ato de interrupção, pela força, desta ascensão das mobilizações autônomas populares que, se existiam também no Centro-Sul, tomavam feições mais radicais no Nordeste, ou ameaçadoramente mais radicais em relação a questões fundamentais relacionadas à superexploração da força de trabalho. Esta abordagem contrastou significativamente com as interpretações então vigentes que privilegiavam investigar as formas mais “avançadas” dos conflitos sociais das relações capital-trabalho nas próprias áreas predominantemente industriais e, portanto, onde as classes fundamentais do capitalismo teriam (ou “deveriam ter”) as condições mais adequadas para o exercício do conflito político de forma mais definida conforme seus projetos de classe.

### **À guisa de conclusão, um convite**

A interpretação desenvolvida por Francisco de Oliveira na década de 1970 instiga-nos a repensar questões que já foram enfrentadas e, em grande medida, superadas ainda naquele período, como as tentativas esdrúxulas de conferir um caráter “atípico” à classe trabalhadora brasileira, presumivelmente portadora de uma “falsa consciência” exemplificada por uma “passividade servil” a lideranças populistas, cujas raízes explicativas pretensamente estariam fundadas em fatores culturalistas, como as origens rurais de um proletariado resignado, forjado pelo enraizamento profundo do catolicismo colonial. Embora a historiografia tenha avançado muito para demonstrar os limites e preconceitos imbuídos neste tipo de interpretação,

demonstrando as múltiplas formas de resistência dos grupos sociais subalternizados para além das experiências industriais-assalariadas e em recortes regionais mais diversificados, ainda há muito a ser feito no sentido de estabelecermos formas de interpretações mais amplas e articuladas.

Embora o sociólogo pernambucano tenha privilegiado a análise dos fatores determinantes da lógica da realização do capitalismo em terras brasileiras, ele não o fez em desconsideração de uma história *sem sujeitos*. Ao contrário, nas obras referidas, o autor procurou demonstrar como esses condicionantes, dentre os quais as próprias configurações das regiões, são profundamente dinâmicos exatamente porque há ação dos sujeitos nas suas disputas por hegemonizar processos que envolvem relações no interior das próprias classes e entre as classes. Além disso e sobretudo, os sujeitos ativos destes conflitos políticos não estavam localizados apenas nos “centros”, mas nas ditas “periferias”, especialmente as regionais, recorrentemente estigmatizadas pelos preconceitos produzidos pelas visões ideológicas e hegemônicas vigentes e reproduzidos também nos espaços de elaboração intelectual acadêmicos e/ou orgânicos. Sua análise abre portas para reconfigurar a compreensão da história do século XX no Brasil a partir da problematização sobre as intrínsecas articulações entre as *partes* regionais que constituem o *todo* nacional, recorrentemente reduzido a ênfase conferida aos casos regionais “centrais” de Rio de Janeiro e São Paulo. Neste sentido, repensar o regional implica repensar a constituição daquilo que tomamos por nacional para além das aparências mais evidentes.

Logicamente, as análises de Francisco de Oliveira não são definitivas e devem ser problematizadas. A ideia aqui desenvolvida foi a de tomar sua abordagem frente às demais questões tratadas neste artigo como um convite-provocação para que nós, historiadores, reorganizemos algumas questões acerca das dinâmicas históricas com vistas a superarmos a tendência à fragmentação analítica em casos regionais, cuja possibilidade de estabelecimento de diálogos mais amplos tendem, no mais das vezes, a reduzir-se a meras analogias descompromissadas. Claro está que preocupações deste tipo não é novidade na historiografia, como atestam diversos dos autores citados anteriormente e suas propostas de superação destes problemas. Por outro lado, o abandono das tentativas de compreensão sistêmicas mais amplas pode nos conduzir a outros problemas, fundamentalmente, o da própria problematização de nossos objetos de pesquisa. Os casos

aqui reportados, especialmente o de Francisco de Oliveira, indicam o quão necessário a retomada de algumas questões desenvolvidas por intelectuais brasileiros e latino-americanos das décadas de 1950 a 1980 pode ser promissora para o aprimoramento da compreensão de dinâmicas históricas aparentemente bem assentadas – porque bem aceitas – pelos cânones estabelecidos pela historiografia brasileira acadêmica a partir dos anos 1980. Se as leituras críticas de cientistas sociais como Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Octavio Ianni foram importantes para demarcar diferenças qualitativas de abordagem teórico-metodológica próprias da História, releituras críticas destes e de outros autores podem contribuir para produzirmos inflexões nas problematizações que mobilizam nossas investigações. A densidade de suas obras não merece o esquecimento ou meras menções superficiais, quando não são distorcidas para facilitar as justificativas das escolhas de outros referenciais. No caso específico tratado aqui, pensar as dimensões históricas da constituição das regionalidades pode abrir questões que não seriam perceptíveis se adotássemos os recortes espaciais costumeiros e fortemente identificados com as aparências que escondem processos mais profundos. Do contrário, corremos riscos em derrapar em particularismos, reproduzir preconceitos, ou mesmo cair no canto das sereias das modas de ocasião que não costumam durar mais do que alguns verões.

### Referências bibliográficas

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos *no* imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, Campinas, v.14, n.26, p. 13-46, 2010.

COELHO, Eurelino. A dialética na oficina do historiador: ideias arriscadas sobre algumas questões de método. **Revista História & Luta de Classes**, Marechal Rondon, Nº 9, p. 7-16, Junho de 2010.

FONTES, Virgínia. História e conflito. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **História: pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História – UFF, 1998, p. 33-52.

LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017. [Original de 1973]

- MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. [Original de 1852]
- MATTOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012.
- MÉSZÁROS, István. Totalidade. In: BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1983, p. 381-382.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista; O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013. [Originais, respectivamente, de 1972 e 2003]
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Boitempo, 2008. [Original e 1977]
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. [Original em inglês de 1963]
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. [Original em inglês de 1978]
- THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 269-281. [Original em inglês de 1977]
- VALENCIA, Adrián Sotelo. **Subimperialismo e dependência na América Latina: o pensamento de Ruy Mauro Marini**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003. [Original em inglês de 1995]

Recebido em 18/01/2021

Aprovado em 22/02/2021

**EDITORA E GRÁFICA DA FURG**  
**CAMPUS CARREIROS**  
**CEP 96203 900**  
**editora@furg.br**